

O factor China

Publicação: [O Mundo em Português Nº62](#)

Data de Publicação: Junho/Julho de 2006

Autor: Gilberto Dupas

A China é o novo fenómeno da economia global. Em 1978, o seu comércio externo era de apenas 21 mil milhões de dólares, passou para 850 mil milhões. Seu PIB igualou o da França e do Reino Unido e está se aproximando da Alemanha, mantendo uma taxa de expansão muitas vezes maior que o de ambos. Com sua mão-de-obra insuperavelmente barata e bem qualificada, o país transformou-se no grande produtor mundial de bens de consumo durável para as corporações mundiais; isso lhe gera um superavit de 200 mil milhões de dólares com os EUA, que ele aplica em grande parte em títulos do próprio Tesouro americano. A demanda chinesa por matérias-primas para sustentar seu crescimento de quase 10% ao ano tem mantido em forte ascensão o preço internacional de commodities nos últimos 4 anos.

A imensa reserva de mão-de-obra rural chinesa, disposta a trabalhar a preços irrisórios, foi uma das condições essenciais para o actual modelo de crescimento do país. A enorme demanda urbana de trabalho nos parques industriais, na construção civil e nos serviços tenta abrigar um fluxo anual de 10 milhões de pessoas que migram a cada ano do campo para as cidades, buscando escapar da pobreza e ter acesso a novas oportunidades; elas se entrosam com as populações suburbanas, dando origem a núcleos periféricos que – além de «cidades-dormitório» – também se instalam como produtores de hortaliças, carnes e roupas para a população das cidades. Porém, uma das consequências desse processo é a fragilização dos laços entre o cidadão e seu município, rompendo um elo da cadeia que lhe permitia receber os benefícios sociais do Estado. Com isso, já existe um exército de cerca de 80 milhões de chineses miseráveis – que tende a aumentar – dispostos a trabalhar pelo país afora como semi-escravos em tarefas informais de baixíssima remuneração.

Essa realidade tem graves efeitos por ser inédita em uma nação que, à época do regime comunista, tinha uma pobreza horizontal intensa; mas a cada cidadão o regime garantia uma vestimenta, duas tigelas de arroz diárias, educação e saúde básicas. O frágil equilíbrio desse complexo processo de engenharia social é agravado pelo facto de que

a China precisa alimentar 25% da população mundial com apenas 7% das terras aráveis; de que seu déficit energético é imenso; e de que é necessário produzir uma dezena de milhões de novos empregos por ano, num quadro de imensa desigualdade de rendas. Isso exige uma enorme competência de governança, o maior desafio para esta nova geração de dirigentes do PCC, num país onde o papel do Estado ainda é muito maior que o do mercado. Por enquanto, os sucessos são impressionantes. Para além do crescimento excepcional da economia, basta constatar que em apenas trinta anos a China teve o número de universitários aumentado de 1,4% para 20% da população total. Deng Xiaoping, ao lançar sua reforma, não podia mais associar-se à soluções dos Tigres Asiáticos, já que a conjuntura que havia permitido os NICs havia se alterado.

O mundo industrializado reintroduzira práticas proteccionistas em regime de intensa globalização, e a China teve que inventar seu caminho original de industrialização tardia. A estratégia principal chinesa consiste em apropriar-se de soluções tecnológicas existentes e montar sua rede de corporações globais, inclusive comprando canais e estruturas já existentes, como fez recentemente com a Lenovo adquirindo o departamento de PCs da IBM. Amplos investimentos mundiais também têm sido feitos, aproveitando sua gigantesca reserva em moeda externa, para buscar garantir suprimentos de matérias-primas e obter expertise em sectores que interessam ao país. A economia de mercado na China ainda é um processo em andamento. O governo reformista chinês tende a aplicar um processo gradual de privatização de baixo para cima, ao contrário do que aconteceu no Leste Europeu. Amaury Porto de Oliveira lembra que foi só em final de 1993 que o PCC formalizou a decisão de construir uma «economia socialista de mercado», anunciando-a simbolicamente como decorrência do princípio marxista que recomenda privilegiar cada momento com «o novo que brota, em vez do velho que fenece».

Ele avançou com combinações inovadoras na relação capital público-privado e foi deixando o novo tomar conta do velho; quatro anos após o capital público já era minoritário e caíra para 30% no sector industrial. O modelo chinês é extremamente aberto ao exterior; estimativas norte-americanas indicam que 74% do seu PIB vêm de comércio internacional, contra apenas 23% do Japão. E as suas exportações estão cada vez mais incorporando valor e tecnologia. Estratégias estão sendo montadas para integrar nesse processo os 53 centros de tecnologia criados pelo Programa Torch em 1988 para remodelar o sistema de inovação do país. Mais de 60% das 800 universidades chinesas situam-se no interior ou nos arredores desses centros – alguns incluindo investimentos internacionais – incorporando técnicos de alta especialização e

funcionando como incubadores de empresas. Um dos resultados foi a Legend, agora transformada em Lenovo, que surgiu graças à interação de pesquisa universitária com capital de risco estatal.

Finalmente é preciso ressaltar o crescente entrosamento da China com o mundo chinês da orla asiática do Pacífico. Hong Kong hoje é o coordenador do complexo manufactureiro do Delta do Rio das Pérolas. Taiwan é uma das principais conexões das manufacturas chinesas com as várias cadeias produtivas globais. E Singapura ajuda a compor o «Círculo Chinês», um conglomerado de forças económicas que tem a China como pivô. Esse complexo agora dá o salto das manufacturas OEMs (para terceiros) em direcção a marcas originais (OBMs). Com isso a margem de lucro e os empregos aumentam e há mais possibilidade de formar alianças ampliadoras de mercado.

É importante verificar como intelectuais e líderes chineses vêem o futuro das relações de seu país com o mundo. Zheng Bijian, presidente do Fórum de Reforma da China, diz que o plano estratégico do país prevê mais 45 anos até que ele possa atingir um estágio equivalente a uma nação desenvolvida de nível médio. Afinal, sua renda per capita (pelo PPP) é de 5.500 dólares anuais, cerca de metade da mexicana e dois terços da brasileira. As limitações críticas chinesas são: escassez de recursos naturais para suportar o imenso crescimento da demanda de 1,3 mil milhões de pessoas; graves impactos ambientais; e falhas de sincronia entre crescimento do PIB e desenvolvimento social. Há várias outras tensões a superar: desenvolvimento tecnológico versus geração de empregos; orientação pró-mercado versus cuidados com a população carente; urbanização versus produção de alimentos; e aumento do fosso entre ricos e pobres. O governo chinês coloca-se diante de três grandes desafios estratégicos: ultrapassar o modelo de industrialização baseado em alto consumo de energia, grande poluição e elevado investimento por outro baseado em tecnologia, baixo consumo de recursos naturais e reduzido impacto ambiental; superar a rota do conflito ideológico como forma de ascensão; e construir uma sociedade socialista harmoniosa e democrática. Também nesse último capítulo há enormes problemas. A China cresce hoje porque um governo forte pode impor linhas gerais inteligentes na economia e na política. A visão chinesa de democracia não é, e nem poderia ser, a ocidental; da mesma forma que «socialismo de Mercado» é um termo ambíguo e contraditório. Tendo que lidar com desafios políticos e sociais imensos, o governo usa de todos os seus recursos simbólicos e fala, inclusive, em pavimentar o caminho para a democracia com o lançamento de grande número de programas de «educação moral», linguagem que lembra o velho Mao.

A China não tem nenhuma ilusão em disputar o poder militar com os EUA. Seu objectivo é tornar-se um pólo económico mundial alternativo ao pólo americano. Joshua Cooper Ramo, cientista político norte-americano com livre trânsito nos círculos intelectuais da RPC fala que a China procura criar núcleos de poder assimétrico que dariam ao país – no caso de um indesejado confronto com os EUA – vantagens de excelência manufactureira do tipo que os EUA tiveram na Segunda Guerra Mundial. Uma das ideias em estudo é concentrar legiões de especialistas em pontos-chave de uma eventual guerra cibernética, aplicando princípios revolucionários no campo militar que eles chamam de «acupuntura bélica».

O fato é que, apesar de «sócios» com fortes interesses comuns na economia global, são intensas as rivalidades entre os EUA e a China; e o vertiginoso crescimento do país é visto com receio por parte expressiva das lideranças ocidentais. Wang Jisi, Reitor na Universidade de Pequim e Director do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais do PC chinês, é muito realista ao reconhecer que a supremacia global dos EUA só declinará à muito longo prazo. Jisi conclui, pois, que uma cooperação com Washington é de vital importância para a China. Por outro lado, acha que os EUA precisam da China para controlar o terrorismo, a proliferação nuclear, o Iraque e o Médio Oriente. Mas adverte que, apesar de toda a sua força, os EUA não são invencíveis e precisam de ajuda e alianças. Para ele, os EUA colaboraram muito para o esfriamento das relações China-Japão. No caso da Coreia do Norte, acha que os americanos não tinham escolha e aceitaram o auxílio de Pequim para acalmar as ameaças de Pyongyang. Já nas divergências sobre Taiwan, a China as encara como uma questão interna e pede aos EUA que não se envolvam.

As relações EUA-China permanecem, assim, com grandes paradoxos. Não há confrontação, como foi com a Rússia na Guerra Fria. Mas os chineses querem uma relação entre iguais; e ela é muito assimétrica em função da projecção de poder dos dois países. Se os EUA crescerem apenas a 2% ao ano – metade da taxa actual – ainda serão três vezes maiores do que a China em 2025, se ela continuar a crescer a 8%. Portanto, ela precisa de paz para trabalhar seu complexo projecto. A China é um dragão equilibrando-se sobre uma fina corda; se os EUA a balançarem demais, os dois sofrerão. Por outro lado, fracassos dos EUA no Médio Oriente e no combate ao terrorismo na Ásia implicam para a China um risco de falta de petróleo e insegurança nas fronteiras do oeste. Em resumo, o país sente-se simultaneamente forte – pelo sucesso económico – e vulnerável porque percebe os EUA espreitando para desestabilizá-la. Todo esse quadro, evidentemente, oferece uma oportunidade estratégica importante tanto para a Europa como para a América Latina: ajudarem a

abrir espaços para acomodarem a China no mundo global e em seus fora multilaterais, tentando fazer de sua presença um factor de progressiva estabilidade. Antes de tudo, é preciso reconhecer a qualidade e o peso desse novo e decisivo player e promover alianças que o comprometam progressivamente com a boa ordem internacional. Essas medidas podem contribuir para a manutenção de um crescimento mundial forte e de uma estrutura de poder mais equilibrada. Por outro lado, a China pode estar mostrando um caminho para que outras grandes nações da periferia do capitalismo, especialmente da América Latina, tentem caminhos originais de inserção na actual lógica internacional com alguma autonomia e vantagem relativa. Como se vê, o factor China é cada vez mais vital ao futuro do mundo global.